16 A 19 NOV/2021 AMBIENTE VIRTUAL
X Jornada Internacional Políticas Públicas
TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

REFLEXÕES SOBRE O CAPITALISMO DEPENDENTE E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: contrarrevolução preventiva e prolongada

Larissa de Moura Paquiella[1]

RESUMO:

O presente artigo busca analisar o processo de militarização das escolas públicas no Brasil, em curso desde o ano de 2003. Ao longo dos anos, após a redemocratização, esse modelo de gestão militarizada vem se configurando em escala nacional. O modelo ganha ainda mais força com o governo Bolsonaro, que instaurou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. O processo de militarização escolar, entendido como disputa entre projetos educacionais e societários, requer a compreensão de suas configurações e contradições. Para isto, referenciamos nossas análises a obra de Florestan Fernandes e as apreensões sobre o capitalismo dependente, o padrão dependente de educação e contrarrevolução preventiva e prolongada.

Palavras-chave: Militarização das escolas; contrarrevolução; capitalismo dependente.

ABSTRACT:

This article propose to analyze the process of public school's militarization ocurring in Brazil since 2003. Over the years, after re-democratization, this 'militarized management' model is getting national proportion. Since the Bolsonaro's administration, this model is getting stronger with the establishment of 'Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares' (Civic-Military School's National Program). The school militarization process, understood as the disputes of educational and societal projects, requires the comprehension of its configurations and contradictions. To do this, we refer the work of Florestan Fernandes and his concepts of 'dependant capitalism', the 'dependant educational model' and preventive & prolonged counter-revolution.

Keywords: Militarization of schools; counterrevolution; dependent capitalism.

[1] Universidade Federal Fluminense; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional; larissapaquiella@id.uff.br

1 INTRODUÇÃO

As reflexões presentes nesse artigo são frutos dos estudos coletivamente realizados no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, bem como no GEPESS (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Serviço Social), vinculado a este e têm o objetivo trazer elementos para analisar o processo de militarização da educação pública no Brasil, a partir de 2003 até a atualidade, fundamentadas no pensamento sociológico e educacional de Florestan Fernandes.

Diante de um cenário que recrudesce as bases militares, o autoritarismo e o conservadorismo, pulsa a necessidade de compreender como o projeto de militarização da educação vem se construindo ao longo dos anos no Brasil, a partir da redemocratização do país e como culmina no tempo presente, com o Projeto Nacional das Escolas Cívico-Militares, com o Governo de Jair Bolsonaro.

Dessa forma, a partir do método materialista histórico-dialético, para apreender os processos de militarização nas escolas públicas é fundamental compreender a totalidade da vida social, o que significa abranger os elementos estruturantes do capitalismo e do capitalismo dependente e os elementos conjunturais que compõem esse fenômeno social. Para tanto, esse artigo se estrutura em três momentos, para além dessa introdução, que são: 1) Capitalismo e as particularidades do capitalismo dependente à luz do pensamento sociológico de Florestan Fernandes; 2) Contrarrevolução preventiva e prolongada: o processo de militarização das escolas públicas no Brasil; 3) Considerações finais.

A interlocução com a obra do Florestan Fernandes, sobretudo, com a elaboração acerca da natureza da burguesa brasileira, o padrão compósito de hegemonia, o padrão dual de expropriação do excedente econômico, além do conceito de contrarrevolução preventiva e prolongada nos propõem mediações importantes para os estudos sobre a realidade social e educacional brasileira, demonstrando a atualidade da obra do sociólogo.

2) CAPITALISMO E AS PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE À LUZ DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE FLORESTAN FERNANDES

O conceito de capitalismo dependente é elaborado por Florestan Fernandes, a partir da construção teórica sobre o modo de produção capitalista, como aponta Cardoso (1995). O sociólogo brasileiro, com seu consagrado rigor científico, elabora e desvela a estrutura da sociabilidade burguesa, que não é somente uma realidade econômica, mas é também política, social e ideocultural.

A partir da interlocução com Marx, Lênin e Trotsky, Florestan Fernandes apreende as dimensões do modo de produção capitalista, suas estruturas desiguais e de expropriação, sendo o único sistema que produz a riqueza na mesma proporção em que produz a pobreza. Dessa maneira, as relações sociais são marcadas pelo antagonismo entre classes sociais, em que a classe burguesa detém os meios de produção e compra a força de trabalho e a classe trabalhadora, que só possui a sua força de trabalho para vender em troca de salário, para subsistir na sociedade em que tudo é mediado pela mercadoria.

Ademais, considera a elaboração teórica e política sobre o imperialismo, a partir do caráter expansivo do capitalismo, que busca territórios para se estabelecer, exercer domínio e poder, em prol de aumentar os lucros e impor o modo burguês de sociabilidade. Lênin (2012) elabora reflexões relevantes sobre o caráter desigual do desenvolvimento, já caracterizando como algo inevitável sob o capitalismo. Bem como, percebe como a concentração da produção acarreta um acirramento das contradições capitalistas.

Lênin tem importante contribuição na teorização sobre os processos desiguais, pensando os saltos, as desigualdades entre as nações e as contradições inerentes ao capitalismo, bem como, pensa o papel que as guerras ocupam nessa disputa de poder territorial e o quanto a força militar se torna uma necessidade inexorável de arma de conquista, como sistematiza Sampaio Jr (2011).

Em Trotsky, a partir das reflexões trazidas por Lênin, há o aprofundamento a partir do que apreende com o processo da Revolução Russa e da experiência chinesa, e constrói a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Löwy (2015) resgata reflexões sobre Trotsky e apresenta que a Lei do Desenvolvimento Desigual e

Combinado é uma teoria geral da dinâmica socioeconômica do processo histórico e envolve uma análise densa sobre o papel das classes nas sociedades colonial e semicoloniais, entre os anos de 1928 e 1930. Assim, diante dessa elaboração há uma compreensão de que o capitalismo, enquanto um sistema que se mundializa, é permeado de contradições, sobretudo, na relação entre países centrais e os periféricos. Dessa forma, essa teoria se coloca como uma compreensão política importante de combater a lógica etapista ou evolucionista de desenvolvimento.

Diante das elaborações de Trotsky (1977), temos que o processo desigual que ocorre a partir do caráter expansivo do capital, também se dá combinando diferentes etapas de jornada. Dessa maneira, o autor analisará como os países “atrasados” vão assimilando as conquistas materiais e ideológicas dos países centrais, mas isso não está atrelado a uma repetição histórica, nos mesmo termos ou etapas entre um país e outro.

Isto posto, Florestan Fernandes, em seu diálogo com as obras de Marx, Lênin e Trotsky, é categórico em suas análises, apontando que não é possível fazer uma transposição das elaborações feitas sobre o capitalismo de países centrais para a realidade brasileira. Nesse sentido, assume o desafio de fazer mediações, estudar com profundidade sobre a formação social brasileira, perceber qual a inserção e o papel do Brasil na economia mundial. Assim, as elaborações do sociólogo tratam do capitalismo em sua estrutura, porém, no Brasil, diante de sua inserção dependente na economia mundial, expressa-se com particularidades. Portanto, o capitalismo dependente é uma realidade do próprio capitalismo.

Cardoso (1995) ressalta que Florestan Fernandes, em suas obras, constrói o conceito de capitalismo dependente, articula sobre heteronomia e tem como eixo condutor de análise a luta de classes. Nessa sociabilidade, em que tudo é político, é primordial destacar a centralidade da luta de classes e identificar quem é quem em cada lado da trincheira, percebendo as frações de classes que, em alguns momentos, operam disputas sobre a condução dos projetos entre si, mas não há antagonismo entre elas. O antagonismo está atrelado as diferentes classes sociais.

Dessa maneira, Florestan Fernandes se debruça nos estudos sobre a formação social brasileira, a natureza da burguesia brasileira, o processo de mercantilização da

força de trabalho, a heteronomia cultural e as particularidades constitutivas do Brasil para viabilizar a reprodução dessa ordem social, englobando o conceito de contrarrevolução preventiva e prolongada, que analisaremos no próximo item deste artigo. Esses conceitos são elementares para articularmos a discussão do tema de militarização das escolas públicas, entre os anos de 2003 e 2021 no Brasil.

Nesse quadro analítico, a burguesia brasileira cumpre um papel que é importante de ser compreendido, a partir da caracterização da sua natureza. Fernandes aponta que a burguesia brasileira não opera uma revolução burguesa nos moldes clássicos - conforme ocorreu nos países centrais, do feudalismo para o capitalismo, que envolve “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas.” (2006, p. 239).

O processo que ocorre no Brasil é estruturalmente diferente. Do regime escravocrata, oligárquico e colonial para ordem social burguesa, não temos um colapso do regime precedente, mas uma recomposição de poder. “O início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa.” (FERNANDES, 2006, p. 239).

Nesse sentido, a burguesia brasileira não rompe com a mentalidade do senhor rural, com o latifúndio e com o colonialismo. Ao mesmo tempo, essa burguesia adere ao imperialismo, ao projeto de dominação burguesa, que a burguesia internacional tem interesse para afirmar a sua hegemonia. Florestan Fernandes denomina esse processo de dupla articulação de “padrão compósito de hegemonia burguesa” e realiza uma análise sobre o quanto esse lugar de subalternidade, ocupado pela burguesia brasileira em relação a burguesia internacional, é consentido. Dessa maneira, não há debilidade ou fraqueza por parte da burguesia brasileira, pelo contrário, ela se coloca como parceira, viabilizando estruturas e aparatos legais e formais para conformação desses padrões de dominação permanente, visto que há interesses de ambas as partes em manter essa condição de dependência.

> Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados. (FERNANDES, 1975, p. 26)

Essa condição lucrativa da dependência está articulada a um outro padrão elaborado no pensamento florestaniano: padrão dual de expropriação do excedente econômico, que se caracteriza pela expropriação ainda mais profunda da classe trabalhadora brasileira, uma vez que a riqueza produzida por esta irá alimentar não só os interesses da burguesia interna, como também, da externa. Segundo Cardoso (1995), é uma depilação permanente das riquezas da economia dependente (existentes ou potencialmente acumuláveis) e essa riqueza se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população.

Tendo em vista a natureza da burguesia brasileira que visa o seu auto privilegiamento, em prol da exclusão e repressão permanentes da classe trabalhadora, articula-se com o processo de mercantilização da força de trabalho, que resguarda particularidades essenciais, diante da formação sócio-histórica brasileira, forjada na divisão social, racial e de gênero. Essa configuração tem impactos e manifestações até hoje no campo do trabalho e da educação, indicando o que o sociólogo denomina de colonialismo permanente, diante de uma estrutura classista, racista e patriarcal, que tem contornos flexíveis, para que possam ser mutáveis e atender aos interesses múltiplos do capital, mas é permanentemente opressora em essência.

Esses conceitos elaborados por Fernandes nos auxiliam na delimitação dos contornos sobre a inserção capitalista dependente e as particularidades da ordem societária. Para além destes, é válido compreender o conceito de contrarrevolução. Lima (2017) apresenta como Florestan Fernandes vai delimitando o conceito de contrarrevolução burguesa, a partir da interlocução com Marx, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, que retomam o processo revolucionário e contrarrevolucionário da burguesia historicamente, bem como as configurações da luta de classes.

O sociólogo brasileiro faz mediações importantes para pensar a realidade do capitalismo dependente e caracteriza essa contrarrevolução como preventiva e prolongada. Preventiva não significa que há uma revolução socialista/ comunista em curso ou em iminência; e é prolongada diante do movimento constante da burguesia em consolidar a condução da ideologia burguesa. Embora seja um traço constitutivo,

há calibragens diferenciadas em cada momento histórico, podendo ser a quente ou frio, a depender da configuração da luta de classes.

Lima (2017) elabora sobre as calibragens da contrarrevolução, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, ora se metamorfoseia e se recicla em projetos de "democracia restrita". A primeira está sendo conceituada a partir do período de total repressão e violência, remetendo ao regime burguês-militar e ao estado autocrático burguês. Já a segunda forma se dá a partir de um alargamento da participação política da classe trabalhadora, mas que não ameaça os pilares do capitalismo: a exploração e a dominação.

Dessa forma, temos elementos que são fundamentais para entendermos, questionarmos e elaborarmos as movimentações políticas, econômicas, ideoculturais e sociais que ocorreram no Brasil, particularmente no Governo Jair Bolsonaro (sem partido atualmente, eleito pelo do PSL - a partir de 2019 até o momento). Essas movimentações estão articuladas diretamente com a política educacional, os interesses e valores educacionais, que estão na pauta da disputa antagônica entre os projetos de educação e de sociabilidade, ressaltando o que Florestan Fernandes constrói de conexões entre o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente de educação.

3 - Contrarrevolução preventiva e prolongada: o processo de militarização das escolas públicas no Brasil

Construir uma base de fundamentação teórica, resgatando conceitos elaborados por Marx, Lênin, Trotsky e Florestan Fernandes, faz parte de uma escolha metodológica e política, com o objetivo de evidenciar os contornos estruturais de uma sociabilidade burguesa de capitalismo dependente, que se configura sob o traço colonial permanente, a democracia restrita, o racismo estrutural, a violência patriarcal e as diversas opressões e violações de classe. E nesse contexto, fazendo mediações para pensar o tempo presente, suas contradições e desafios para a política educacional, analisando, especificamente sobre o processo de militarização das escolas públicas nacionalmente, entre os anos de 2003 e 2021.

Dessa maneira, o processo de militarização das escolas básicas é caracterizado pela transferência da gestão da escola pública para as forças armadas, como a Polícia Militar, Exército e Bombeiros, inclusive, deslocando essa gestão para a pasta de Segurança Pública. É possível identificar a primeira escola militarizada, em 1998, em Goiás e é um movimento que cresce em ritmo vertiginoso a partir de 2010 e agora, com o Governo Bolsonaro, há uma intensificação com o Projeto Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que tem como proposta a implementação de 216 escolas nesse formato até o ano de 2023, tendo como meta a efetivação de 54 escolas cívico-militares por ano.

Diferentemente das escolas militares, o processo de militarização das escolas públicas de ensino básico se dá para a formação de civis, a partir de processo formativo arraigado de valores e práticas militares, como a hierarquia, disciplina e obediência. Além disso, a militarização altera a estrutura das escolas públicas, formando uma estrutura militarizada, seletiva, autoritária, desigual e esvaziada da sua função social. Conforme estudado por Santos (2020), historicamente, esse projeto é difundido sob diversas justificativas, tais quais: maior desempenho educacional nas avaliações nacionais, ampliação do acesso ao ensino superior, combate à violência urbana e no espaço escolar, afastamentos dos jovens das drogas.

Esses aparentes argumentos, por vezes, geram uma adesão das famílias a esse projeto, mas ao mesmo tempo, com as contradições que surgem no processo, manifestam um conflito de interesses sociais. Assim**,** nos limites de uma pesquisa ainda em construção, podemos apontar algumas dessas contradições: cobrança de taxas de mensalidade na escola pública; uso de fardas ou uniformes caros; descaso com a formação humana, tendo um viés educacional depositário e autoritário, que não permite questionamentos e críticas; formação para obediência e docialização dos corpos; desfinanciamento da educação pública, pavimentando caminhos para terceirizações; verticalização das relações humanas no espaço escolar; ausência de eleição para diretores; reserva de 50% de vagas para os filhos de militares; o planejamento das ações educacionais sob o comando e responsabilidade dos militares, enquanto a execução cabe aos discentes.

Assim, do ponto de vista legal, a militarização das escolas é considerada inconstitucional, diante das violações aos princípios da Constituição Federal, que prevê a educação como um direito de todos, que tem os princípios da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público, na forma da lei (Art° 205 e 206). E esses princípios são violados, a partir da seletividade, da ausência de gestão democrática, da cobrança de mensalidade e as diversas restrições ao debate crítico, com censura e controle daquilo que é debatido e ministrado ou não, interferindo diretamente no projeto político pedagógico.

Dessa forma, ao elencarmos essas questões, pensamos os impactos sociais, políticos e pedagógicos que esse formato de escola pode gerar. Historicamente, a educação formal no Brasil tem a marca do privilégio de classe e raça como traço estruturante, em interlocução com o Florestan Fernandes (2020) e o Silvio Almeida (2018) e é um espaço de disputa nessa sociabilidade, diante dos interesses antagônicos das classes sociais. Por um lado, a educação sendo compreendida como um direito, fruto da luta histórica dos trabalhadores. E de outro lado, sendo um campo amplo para lucratividade, a partir da venda de um serviço. Lima (2007) destaca três eixos sobre a educação na sociabilidade burguesa: a educação para formação da força de trabalho útil e dócil; difundir a concepção burguesa de mundo como concepção universal e como um campo lucrativo.

Além de todos os processos de ataques e de desfinanciamento na política de educação básica, que geram impactos nas condições e nas relações que envolvem o ensino-aprendizagem; os interesses políticos que se evidenciam nesse processo estão relacionados as brechas para terceirização da escola pública, para ser um campo lucrativo; para formar força de trabalho subserviente e esvaziada de crítica e criatividade. Dessa maneira, é válido ressalta o quanto essa gestão escolar opera e reforça a lógica da hierarquia, que naturaliza as históricas desigualdades sociais, raciais e de gênero, não questionando a estrutura de obediência e “servidão”.

Pautados na ideia positivista de “ordem e progresso”, reforçam um modelo de educação formatada, de cima para baixo, depositária e que sufocam qualquer

tentativa de construção de um outro modelo educacional, mais democrático, crítico, criativo e questionador. E essa forma se expressa como um projeto de controle da educação, do pensamento crítico, dos corpos e suas diversidades, da mobilização estudantil, operando e reforçando o racismo institucional e estrutural, a heteronomia cultural e imperialismo total.

Santos (2020) elabora um panorama geral das escolas militarizadas nacionalmente e constrói reflexões sobre a expansão, os significados e tendências desse processo. Com os dados trazidos por essa pesquisa, podemos perceber o quanto esse processo não se dá de forma isolada ou esporádica, pelo contrário, é uma tendência crescente, envolvendo instituições públicas de ensino básico municipais e estaduais, ainda que em períodos democráticos e assim, podemos caracterizar como a contrarrevolução preventiva e prolongada se manifesta e se concretiza na atualidade.

Nesse sentido, é relevante perceber como o militarismo é um traço estruturante na nossa sociabilidade, ainda que de formas diferenciadas ao longo dos anos, os valores estão introjetados na nossa formação sócio-histórica e cumprem a função de coerção e repressão a qualquer movimentação que possa vir a alterar minimamente a concentração de renda, prestígio e poder da classe burguesa, ou seja, nem ações por dentro da ordem são toleradas pela burguesia ultraconservadora.

As elaborações de Fernandes (1986) mostram como a contrarrevolução a quente interrompida é um recuo estratégico, que resulta em transição conservadora, “lenta, gradual e segura” e não há, portanto, uma ruptura efetiva com esse modelo militarizado, autoritário e autocrático; viabilizando continuidades entre a ditadura e a república e na avaliação do sociólogo, essa saiu do ventre daquela. E essa análise é uma chave fundamental para compreendermos a estrutura de poder no Brasil.

Ainda que em faces democráticas de poder, isso se dá de maneira restrita, em que a composição ampliada de governo é repleta dessa burguesia fundamentalista, oligárquica, autocrática e de militares, o que nos mostra que ainda que a forma mude, tem traços de continuidades que operam esse “quase fascismo”, como aponta Florestan Fernandes.

Essas reflexões despertam o nosso olhar para entendermos os impactos de uma política de conciliação de classes, que cumpre a sua função dentro da ordem do capital, em um determinado momento histórico. Assim, ao mesmo tempo que amplia a participação política da classe trabalhadora, dentro dos limites da igualdade jurídica e política formal, mas não rompe com essa lógica somente institucional ou não constrói um caminho de ações contra a ordem, isso vai construindo a antessala, instaurando os ovos para uma ofensiva ultraconservadora, com traços fascistóides.

Nesse caso, concretiza-se a partir do golpe parlamentar de 2016 sofrido por Dilma Rousseff, o que mostra o esgotamento de uma fase da contrarrevolução, como apresentam Minto, Silva e Lima (2019). A partir desse momento histórico, a face antinacional, antissocial e antidemocrática se apresenta com ainda mais força, a partir da ascensão de uma burguesia ultraconservadora ao poder, com Temer (2016 – 2018) e todas as contrarreformas operadas de forma acelerada, como a trabalhista, a do ensino médio, a Emenda Constitucional nº 95, que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos e a posteriori, com a eleição de Jair Bolsonaro (2019 – em curso). Assim, diante da eleição daquilo que representa a face mais autoritária, conservadora, representante da velha política, é possível caracterizar o momento presente como uma nova face da contrarrevolução a quente?

Pensar como uma nova face, visto que não está nos mesmos termos da contrarrevolução a quente clássica, atrelada aos períodos de ditadura fechada, como vimos anteriormente. Contudo, há uma intensificação, ainda que dentro de uma democracia restrita, do autoritarismo, das perseguições e censura, uma velocidade acelerada para promover os ataques e as ofensivas neoliberais. Os ovos que vinham sendo instaurados, agora, se rompem e crescem com fome e sangue nos olhos e isso se manifesta de diversas maneiras e aqui, vamos nos deter a duas formas: estrutura militarizada do governo Bolsonaro e ao Projeto das Escolas Cívico Militares.

Portanto, com uma estrutura de poder que contabiliza o maior número de militares da reserva e da ativa ocupando cargos públicos desde a Ditadura Civil Militar, conforme é apresentado no Dossiê do Andes “Militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino” (2021), o governo Bolsonaro revela a sua face autoritária, fascista, entreguista, anticientifista, corrupta, conservadora e

elitista. O que remete a análise de Florestan Fernandes (2015) sobre o fascismo, em que afirma que, enquanto ideologia e utopia, o fascismo persiste e se configura como uma força moderna e que tem objetivos evidentes de promover uma reprodução da ordem capitalista, viabilizando a interferência das potências capitalistas hegemônicas e multinacionais para garantir uma estabilidade política na periferia do capitalismo.

Dessa maneira, o processo de militarização das escolas agora ganha alma e corpo com o bolsonarismo, a partir do Projeto Nacional das Escolas Cívico-Militares, que ainda permanecendo inconstitucional, há um grande esforço de construir aparatos legais e formais que dêem respaldos a essa instituição, que já nasce senil, estão entre esses: Decreto n° 10.004/2019; Portaria nº 2.015/2019; Portaria nº 1.071/2020.

Resgatando os termos de Florestan Fernandes, sobre a senilização institucional precoce, que nesse caso, vem com a narrativa de inovação, de novas concepções educacionais, mas que, em essência, é um modelo educacional que naturaliza as desigualdades sociais, raciais e de gênero e as hierarquias institucionais e sociais. Esse projeto tenta sufocar qualquer espaço de resistência da classe trabalhadora e dos seus filhos, a partir da militarização do território e das escolas, para difundir concepções de mundo cada vez mais individualista, meritocrática e reforçando profundamente a heteronomia cultural.

Dessa maneira, uma formação atrelada as demandas impostas ao mundo do trabalho e as reestruturações produtivas que vão se formando nesse contexto. A partir dos elementos constitutivos do capitalismo dependente – padrão compósito de hegemonia e padrão dual de expropriação do excedente econômico – se aprofundam com os ataques avassaladores aos direitos trabalhistas, com a contrarreforma trabalhista, com o processo de desantropomorfização, que Antunes (2020) ressalta, que se caracteriza pela tendência abissal da redução do trabalho vivo e os que se mantêm, ficam condicionados a uma precarização e brutalização total das condições de trabalho e de vida. Em concomitância, os inchaços nos bolsões de desemprego, de subemprego, informalidade, intermitência e até mesmo, na condição de desalento.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo da construção desse trabalho, foi feita a tentativa de articular o processo de militarização das escolas públicas com conceitos da teoria social crítica, para pensar as especificidades desse projeto no Brasil, país de capitalismo dependente. Portanto, à luz do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, instigamos reflexões sobre o processo de contrarrevolução burguesa, que se caracteriza como permanente e prolongada e tem diferentes calibragens, a depender das configurações da luta de classes, podendo ser a quente ou frio.

Diante desse processo, os governos de Temer e Jair Bolsonaro que não mudam o curso da história, mas que promovem a aceleração vertiginosa do ritmo das ações neoliberais e conservadoras, explicitando o caráter antidemocrático, autoritário, racista, opressor e com traços fascistóides da burguesia brasileira. Dessa maneira, o projeto de militarização das escolas ganha materialidade num projeto nacional, conduzido pelo Governo de Jair Bolsonaro, que é composto amplamente por militares da ativa e da reserva, com o Projeto Nacional Escolas Cívico-Militares.

Um modelo de escola que altera substancialmente a função da escola pública, tornando-a seletiva, hierarquizada, autoritária, que gera uma padronização e controle dos corpos e da diversidade, sufocando as manifestações e organizações da classe trabalhadora e seus filhos. O esvaziamento da função social da escola pública, o desfinanciamento, o sucateamento são as faces do projeto neoliberal para educação, que se articula com a agenda proposta pelos países hegemônicos, com os organismos internacionais. E tudo isso abre brecha para o projeto de militarização e terceirização da educação pública, colocando a educação como um serviço a ser negociado.

Relaciona-se também com o debate sobre as configurações do mundo do trabalho e seus impactos na função da educação. Diante das intensas retiradas de direitos trabalhistas, com a crescente lógica de uberização do trabalho, que traz demandas sobre um padrão de trabalhador subserviente, disciplinado, dócil e que esteja introjetado na concepção de mundo burguesa, naturalizando as desigualdades sociais históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Dossiê: Militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino.** Organização e elaboração técnica do material: Eblin Farage e Kátia Lima. Brasília. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa – MD; Ministério da Educação – MEC**. Decreto n° 10.004 de 05 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm . Acesso em 01 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/ Gabinete do Ministro. **Portaria n° 2.015, de 20 de novembro de 2019.** Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/ Gabinete do Ministro. **Portaria n° 1.071, de 24 de dezembro de 2020.** Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451. Acesso em 01 ago. 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Florestan Fernandes; prefácio José de Souza Marins – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

_____. **Nova República?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina.** 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Universidade brasileira: reforma ou revolução? 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo. Etapa Superior do Capitalismo.** Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9412/6850. Acesso em junho de 2021.

LIMA, Kátia. Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã. 2007.

_____. **Brasil em tempos de contrarrevolução.** In Revista Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Brasília: ANDES/ SN. Janeiro 2017 (volume 59). p. 92 – 103.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes**. São Paulo, IEA/USP, 1995.

LÖWY, Michael. **A política do Desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da Revolução Permanente**; tradução Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Sundermann, 2015.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Apresentação: **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução.** In: O imperialismo: etapa superior do capitalismo/ Vladimir Ilitch Lênin. Campinas, SP: FE/ UNICAMP. Navegando Publicações. 2011.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil:** Expansão, significados e tendências [manuscrito]. Goiânia, 2020. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SILVA, Simone; MINTO, Lalo W.; LIMA, Katia. **Particularidade capitalista e universidade pública em tempos de contrarrevolução neoliberal.** In: Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o serviço social. Ramos, Adriana et al. (Orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações. 2019.

TROTSKY, L. **Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia.** In: _____. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (capítulo 1). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm. Acesso em 20 de junho de 2021.

Uberização, indústria digital e trabalho 4.0 - Ricardo Antunes, Paulo Galo, Luci Praun: https://www.youtube.com/watch?v=C8g3cn0F4pY (2020) Acesso em julho de 2021.

História da discriminação racial na educação brasileira - Silvio Almeida: <https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPl_Yw> (2018) – Acesso em julho de 2021.